

Intervenção do Ministro do Ambiente e da Ação Climática

**Audição a requerimento (PSD) sobre setor dos resíduos**

Terça-feira, 4 de maio de 2021

Senhor presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território,

Senhoras e senhores deputados,

Estão preocupados os deputados do PSD com a gestão de resíduos. Com o crescimento da produção de resíduos urbanos. Com o destino destes para aterro. Com o cumprimento das metas de reciclagem, de recolha seletiva e de biorresíduos. E com a importação. Ainda bem, ficamos contentes que assim seja: mais vale tarde do que nunca.

E perante estas preocupações, o que é que o PSD parece sugerir? Que os aterros e a valorização energética por incineração continuem a ser a opção mais barata de tratamento, e que as responsabilidades continuem afastadas de quem produz o resíduo, contrariando a própria recomendação da Assembleia da República ao Governo, de se fazer aplicar o princípio do poluidor pagador nas políticas públicas de ambiente.

Porque primeiro é preciso educar o cidadão. Porque é preciso que o mercado torne a reciclagem mais barata. Porque agora ainda custa muito. Porque agora é preciso não complicar. Em suma, concretizando a citação de Paul Romer, prémio Nobel da Economia, “Todos querem o progresso, ninguém quer a mudança”.

Voltemos então ao início.

A evolução que queríamos feita estava traçada nos dois primeiros PERSU, ambos desenvolvidos por Governos socialistas: no PERSU I, o foco estava na criação dos sistemas multimunicipais e intermunicipais, no encerramento das lixeiras, no tratamento e processamento em alta, dando conforto no cumprimento das metas de desvio de aterro, conjugado com os sistemas de recolha seletiva multimaterial. Cumriu-se.

O PERSU II reconhecia que a recolha seletiva de biorresíduos iria permitir ganhos adicionais com a valorização do composto e do biogás, com sinergias positivas nos materiais recicláveis, e produzindo CDR de qualidade. Previa-se assim o início de uma recolha mais perto do cidadão, dando tempo para que os sistemas investissem na ampliação da valorização. Ficámos a meio caminho, e porquê?

Porque não foi essa a visão da Governação PSD/CDS: a recolha de biorresíduos, a existir, devia estar apenas nas grandes cidades. A aposta passou para a produção de CDR diretamente a partir da fração resto, resultando num produto com menos qualidade. E avançou-se para uma concessão dos sistemas multimunicipais sem prever a natural evolução das políticas públicas nesta matéria.

Foi esse o panorama que herdámos em 2015. Retomar o caminho tornou-se mais difícil. Primeiro, os constrangimentos na mobilização dos primeiros anos de financiamento de POSEUR para o sector, que condicionaram o ritmo de execução, e que viu 135 M euros aprovados só no final de 2018.

Em 2018, chega também a revisão da Diretiva Resíduos, que eleva a fasquia das metas de reciclagem, com novos métodos de cálculo, novos fluxos específicos e impondo a obrigação de recolha seletiva de biorresíduos até ao final de 2023.

E é também no final de 2018 que Portugal, e outros 13 Estados Membros, recebem um *early warning* da Comissão Europeia sobre a trajetória de incumprimento de metas, que assim exige a revisão do PERSU, em 2019, e o redesenhar de objetivos, inclusivamente no que diz respeito aos biorresíduos e à definição sobre o âmbito da sua recolha, remetida para os sistemas em baixa.

A estagnação do setor numa fase de retoma económica comprometeu resultados. Estamos acima da média europeia em produção de resíduos urbanos per capita; 75% dos resíduos são encaminhados para aterro ou incineração, incluindo materiais com potencial de reciclagem; e 2/3 dos municípios continuam sem cobrir os gastos com os serviços essenciais de ambiente, contra a lei das finanças locais e contra os compromissos exigidos para obter fundos públicos e comunitários.

Em suma, aquilo de que muitos se queixam agora é do difícil retomar de uma estratégia que apostava na progressão segura dos sistemas em alta e em baixa, e que foi interrompida e dificultada por uma série de decisões e circunstâncias que, muito possivelmente, nos irão comprometer metas e o futuro.

Mas não baixamos os braços, e eis que estando a retomar o caminho parece que há em quem queira que fique tudo na mesma.

Senhoras e Senhores Deputados,

Arrancámos esta legislatura na esteira de um aviso do POSEUR de 32 milhões de euros para a recolha de biorresíduos. Fizemos uma ronda aos municípios, de norte a sul, para discutir as metas impostas pela Diretiva, e perceber as suas preocupações. Ouvimos as dificuldades da obrigação da recolha em baixa, pois muitos municípios não se sentiam preparados para uma mudança tão ambiciosa em tão pouco tempo.

Essa auscultação ajudou a preparar as Orientações Estratégicas para os Biorresíduos e os apoios do Fundo Ambiental aos municípios: entre 2017 e 2020, foram cerca de 6 milhões de euros de apoios aos municípios e juntas de freguesia. Através do curso ProResíduos, que já formou mais de 250 técnicos; ou os apoios à elaboração dos Planos de Recolha de Biorresíduos (com uma adesão de 91% dos municípios); ou dos avisos JUNTAR, que todos os anos permitem apoiar diretamente as Juntas de Freguesia.

Tornou-se também evidente que era necessário promover a articulação entre as entidades com competências de licenciamento, fiscalização e inspeção sobre as melhores práticas de gestão de aterros. E assim o fizemos, no âmbito do Plano de Ação de Aterros.

Percebendo da escalada de entrada de resíduos vindos de outros países para deposição final em aterros nacionais, travámos a fundo essa progressão, objetando sistematicamente a sua entrada: até ao momento já são mais de 271 mil toneladas de resíduos que não entraram em Portugal para aterro. E estamos agora também a objetar a entrada de resíduos perigosos com destino a aterro.

Apesar das dificuldades, foi notório perceber que o desbloquear dos investimentos começou a ser visível em alguns indicadores: entre 2011 e 2015, a subida da percentagem de resíduos urbanos recolhidos seletivamente foi de 0,9%. Entre 2016 e 2019 a subida foi de 4,8%.

E todo este trabalho não parou, mesmo em pandemia. O nosso e o dos sistemas em alta, em baixa, e os trabalhadores que também estiveram na linha da frente, como serviços essenciais que são. Há um ano e meio que dezenas de entidades e milhares de funcionários asseguram o funcionamento do setor das águas, dos resíduos, dos transportes públicos e da energia. Por isso, não houve interrupção de serviço na recolha, ou disrupção no tratamento, mesmo com necessidades de ajuste e adaptação. Em poucas palavras, devemos, todos, estar gratos aos gestores e trabalhadores que asseguraram estes serviços. E, mesmo num ano tão difícil, não deixámos de garantir a transposição das Diretivas de Resíduos e das disposições relativas aos aterros, porque sabemos que essas são peças essenciais na mudança.

Senhoras e Senhores Deputados,

Em 2020, este Governo era acusado, também pelo PSD, de tornar Portugal o “caixote do lixo da Europa”. Existia consenso na Assembleia da República para subir a TGR, medida essencial para desencorajar a deposição em aterro. “Para o dobro”, exigia-se.

Já estava nos planos do atual Governo a revisão em alta da TGR. Essa era uma das medidas que a Comissão Europeia havia recomendado, a par de outras que concretizámos quer no próprio Decreto-Lei, quer através do Fundo Ambiental.

Ao contrário do cenário descrito no requerimento desta audição, a discussão deste Decreto-Lei foi bastante participada. Além do diálogo que já havíamos feito com os municípios, fizemos chegar às entidades da comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos –

que inclui a Associação Nacional de Municípios Portugueses, as entidades gestoras, associações do setor, industriais e ambientais – um guião das principais alterações. Obtivemos 35 contributos que foram integrados na versão final do diploma.

Durante a consulta pública recebemos mais de 260 contributos, que analisados e ponderados resultaram em alterações, evidentes no diploma publicado face à versão inicial.

O regime de progressão da TGR foi reanalisado, apesar de ainda afastados da média europeia de 35 a 40 euros a tonelada. Introduzimos descontos na TGR associados ao cumprimento de metas nos biorresíduos nos sistemas urbanos: quanto mais prevenção e valorização material, maior o desconto. Mas isso não bastou àqueles que fizeram apelos lancinantes para o seu aumento – como o Bloco de Esquerda – para, ao terceiro ato da farsa, os renegarem.

Entre outros objetivos, o Decreto-Lei n.º 102-D, contempla:

- Uma tarifa justa, associada à produção de resíduos: até 2025, as tarifas cobradas deixarão de estar indexadas ao consumo da água, devendo refletir a produção de resíduos por habitação, e bonificando a separação de embalagens e de fluxos valorizáveis (sistema PAYT);
- A obrigatoriedade de separação de biorresíduos no retalho e na restauração;
- A proibição de deitar fora produtos alimentares consumíveis;
- A proibição da deposição de materiais recicláveis em aterro e novas regras para uma melhor gestão de aterros.

Felizmente, começam a surgir bons exemplos que confirmam a nossa perspetiva: Guimarães, Moura, Mértola, Serpa, Sintra, Cascais, Porto, Maia. Avançam para a recolha de biorresíduos em baixa e tarifários PAYT assentes no princípio do poluidor-pagador – ou seja, as famílias pagarão menos se reciclarem mais. Deviam os deputados do PSD olhar para os bons exemplos provenientes dos autarcas do seu próprio partido.

E o Governo, ao contrário do que afirmam os deputados sociais-democratas, apoiou o investimento. Só no POSEUR estão previstos perto de 300 milhões de euros para a

valorização dos resíduos, estando já aprovados 222 milhões de euros, que correspondem a cerca de 180 operações. Encontra-se aberto o último Aviso do POSEUR, com uma dotação de 40 M€ que pretende abranger investimentos em infraestruturas e equipamentos que visem a valorização de biorresíduos recolhidos seletivamente.

No PNI 2030 estão previstos mais 750 milhões de euros para o setor, sobretudo para apoiar a recolha dos biorresíduos e outros de recolha seletiva obrigatória.

Recordo ainda o que o Fundo Ambiental vai financiar este ano: são mais 8 milhões de euros de apoios. Hoje mesmo foi publicado um aviso com dotação de 500 mil euros que se destina a apoiar as áreas onde não é eficiente proceder à recolha seletiva de resíduos e, portanto, é aconselhável o recurso à compostagem doméstica ou compostagem comunitária, favorecendo a produção de composto de qualidade para ser usado na economia local.

E relembro que pela primeira vez estamos a ser fortes na devolução da TGR aos municípios, com 30% da mesma destinada a investimentos com vista ao desvio de resíduos de aterro. E sim, para zelar que as melhores práticas são aplicadas em todo o ecossistema de gestão precisamos de serviços fortes, e por isso apoiamos a fiscalização e as forças de segurança e inspeção nas ações ambientais – a IGAMAOT, a GNR e a PSP.

Senhoras e Senhores Deputados,

Agravar a TGR, tornando-a um instrumento de desincentivo à deposição em aterro. Assegurar que a TGR reverta a favor da melhoria do setor. Promover a recuperação integral dos custos incorridos com a atividade na tarifa de gestão de resíduos. Estudar novos métodos de tarifação, alternativos à indexação ao consumo da água, e avançar para sistemas PAYT.

Tudo isto estamos a fazer e a concretizar. Tudo isto estava também escrito no PERSU 2020 desenvolvido por um Governo PSD/CDS, e aprovado em 2014.

A diferença? É que perante medidas que, num primeiro momento, são decerto vistas como impopulares, que são ainda mais difíceis de aceitar no contexto atual, nós não deixámos de lutar por aquilo que entendemos ser o caminho correto para a evolução necessária e obrigatória do ecossistema nacional de gestão de resíduos. Evolução essa patente no

Decreto-Lei 102-D/2020, que rompe com o *status quo*, que impulsiona a adaptação de empresas, municípios e cidadãos. Evolução essa que estará patente no PERSU 2030 que apresentaremos ainda este ano.

E, contudo, ainda há quem queira dar meia volta e recolher de novo ao que é fácil e menos complicado. Isso é, senhor deputados, premiar os que não cumprem e penalizar os que cumprem.

Ao contrário do que parece ser o desejo do PSD, não podemos continuar a ignorar o princípio do poluidor-pagador. Não é justo chamar ao Estado, ou seja, a todos nós, o custo e a responsabilidade pelo tratamento da poluição, sejam eles de um indivíduo ou de uma empresa.

Senhoras e senhores deputados,

É claro para o Governo que ainda há espaço para modelar o contexto nacional e direcionar o investimento privado e público para o desenvolvimento de soluções que respondam a estes desafios.

Alguns partidos parecem estar interessados em que os serviços essenciais de ambiente continuem a ser vistos como uma conta a reduzir, a qualquer custo e de qualquer forma, ao invés de um investimento.

Em sentido contrário, este Governo continuará a entender os serviços essenciais de ambiente assim mesmo – essenciais – e que, por isso, devem ser sempre encarados como um investimento, com todos os benefícios diretos e indiretos daí decorrentes, e nunca como um custo.

Obrigado.